

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.910.2016-00

ENTIDADE: Hospital Geral de Clínicas de Rio Branco

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 9.611/2016/Plenário-TCE/AC, prolatado nos autos do Processo n. 14.939.2011-01 - Prestação de Contas do Hospital das Clínicas (Antiga FUNDHACRE), exercício de 2010.

RESPONSÁVEL: Sérgio Roberto Gomes de Souza

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.245/2017

PLENÁRIO

EMENTA: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. SALDO FINANCEIRO. COMPROVAÇÃO. REPASSES AO CONSELHO GESTOR. CONVÊNIOS. PRESTAÇÃO DE CONTAS NO EXERCÍCIO SEGUINTE. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. EXCLUSÃO DAS FALHAS E DA CONDENAÇÃO À DEVOLUÇÃO. REGULARIDADE. PROCEDÊNCIA DO RECURSO.

1. Apresentados os extratos e conciliações bancários, possibilitando a confirmação do saldo financeiro do exercício, e considerando que as prestações de contas dos Convênios firmados deveriam ser apresentadas no exercício seguinte ao analisado, mostra-se necessário reformar o Acórdão proferido na Prestação de Contas, excluindo as falhas apontadas no período de gestão do recorrente.

2. À atual gestora do Hospital das Clínicas, deve ser dado conhecimento acerca do teor do Acórdão proferido e solicitado que seja informado o resultado das prestações de contas relativas aos Convênios n.os 001/2010 e 003/2010, especificamente se houve a comprovação de todos os pagamentos realizados, sendo exigível, na hipótese de inexistência da prestação, a instauração de **TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**, conforme o previsto no artigo 44, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo seu resultado ser informado a esta Corte de Contas no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, inclusive sobre eventual ressarcimento ao erário e responsabilização aos que deram causa ao prejuízo porventura observado.

3. Recurso de Reconsideração provido.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) CONHECER** do Recurso de

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Reconsideração apresentado pelo **SR. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA**, e **DAR-LHE PROVIMENTO, REFORMANDO** o Acórdão n. 9.611/2016/Plenário, para **excluir** as irregularidades descritas no item “1” e apontadas como de responsabilidade do **SR. SÉRGIO ROBERTO GOMES DE SOUZA** (no período de sua gestão, qual seja, 09 de julho a 31 de dezembro de 2010), bem como para **excluir** os itens “2”, “3” e “4”, que condenaram o Recorrente ao ressarcimento de valores e ao pagamento de multa fixada com fundamento no artigo 88, da Lei Complementar Estadual n. 38/93; **2) MANTER** os demais termos do Acórdão n. 9.611/2016/Plenário, para considerar “**IRREGULARES**” as contas do **HOSPITAL DAS CLÍNICAS, ANTIGA FUNDHACRE, EXERCÍCIO DE 2010**, com fundamento no artigo 51, III, do referido diploma legal, relativas ao período de gestão da Sra. **Lúcia de Fátima Carlos Paiva Luna**, em virtude da **contratação e realização de despesas com pessoa física e jurídica sem licitação**, mantendo, inclusive, a multa a ela imputada no valor de R\$ 14.280,00 (quatorze mil, duzentos e oitenta reais), conforme item “5” do acórdão recorrido; **3) NOTIFICAR** a atual gestora do **HOSPITAL DAS CLÍNICAS**, acerca do teor do Acórdão proferido e para que ela informe o resultado das prestações de contas relativas aos Convênios n.os 001/2010 e 003/2010, especificamente se houve a comprovação de todos os pagamentos realizados, sendo exigível, na hipótese de inexistência da prestação, a instauração de **TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**, conforme o previsto no artigo 44, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, devendo seu resultado ser informado a esta Corte de Contas no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, inclusive sobre eventual ressarcimento ao erário e responsabilização aos que deram causa ao prejuízo porventura observado; **4) REMETER** cópia do Acórdão que vier a ser proferido à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, para acompanhamento, e **5) ARQUIVAR** o feito, após as formalidades de estilo. **Divergiu em parte**, o Conselheiro **Antônio Jorge Malheiro**, seguido do Conselheiro **Antônio Cristóvão Correia de Messias**, que votou no sentido de manter a condenação à devolução de valores e sua redução para **R\$ 315.788,65** (trezentos e quinze mil setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Rio Branco - Acre, 06 de abril de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do MPC/TCE/AC